



Aprovado abono aos professores

(foto Carlos Kilian)

O projeto de conversão em lei da Medida Provisória nº 113/04 - Projeto de Lei nº 419/04 -, foi aprovado na quarta-feira (10), concedendo abono aos servidores ativos ocupantes do cargo de professor do Quadro do Magistério Público Estadual e aos ACTs (Admitidos em Caráter Temporário) da Secretaria de Estado da Educação e Inovação. O abono tem valor de R\$ 100, com R\$ 50 a serem pagos no período de outubro a dezembro deste ano, acrescido de R\$ 25 em janeiro e integralizado a partir de fevereiro de 2005.

A MP - cujo prazo para conversão em lei encerraria no dia 15 - cen-

tralizou os debates, ainda nas comissões, e provocou muita polêmica. A fórmula do abono ficou exatamente como propôs o governo. Duas emendas foram rejeitadas. Uma do líder do PFL, deputado Antônio Ceron, estendendo o benefício aos professores inativos e aos demais profissionais do magistério, como especialistas em educação, e outra da bancada do PT, que estabelecia a agregação do abono ao salário a partir de agosto de 2005.

Líderes da oposição e deputados da bancada petista acusaram os partidos da base aliada de quebrar um acordo, nascido da reunião de líderes realizada na mesma tarde.



Estender o abono a especialistas e inativos foi um dos pontos que acirrou as discussões sobre a Medida Provisória

Página 7

Audiências Públicas

- Projeto de Lei Complementar nº23/04 (institui Plano de Carreira, Cargos e Salários da Secretaria da Fazenda), na terça-feira, 19. A discussão foi solicitada pelo deputado João Henrique Blasi (PMDB) e será realizada pelas Comissões de Finanças e de Trabalho.

- A Comissão de Saúde, presidida pelo deputado Clésio Salvaro (PSDB), realizará na quinta-feira (18), às 14, no Plenário, audiência

pública sobre gravidez precoce, atendendo requerimento da deputada Ana Paula Lima (PT).

- Na sexta-feira, 19, debate sobre o Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência, às 9 horas, no Plenário. A proposição foi feita pelo deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT) e pela deputada federal Luci Choinacki (PT/SC) com o apoio da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais.

(foto Carlos Kilian)



Praças compareceram em peso ao Plenário, mas não houve qualquer acordo sobre o cumprimento da Lei nº 254/03

Debate sobre remuneração da Segurança Pública termina sem acordo

Praças e bombeiros das cidades de Jaguaruna, Sangão, Piçarras, Lages, Chapecó, Palhoça, São José, Florianópolis e de outros municípios do Estado estiveram, na noite do dia 10, numa audiência pública no Plenário Osni Régis, para discutir o descumprimento da Lei nº 254/03, que determina a reorganização da estrutura administrativa e a remuneração dos profissionais do sistema de segurança pública e os altos índices de violência no Estado. Não houve avanços.

Solicitada pela Comissão de Segurança Pública, a audiência contou com a presença do secretário de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, deputado Ronaldo Be-

nedit (PMDB), dos deputados Joares Ponticelli e Lício Mauro da Silveira, do PP, e representantes da Aprasc (Associação dos Praças de Santa Catarina) e Sintrasc (Sindicato dos Trabalhadores de Segurança de Santa Catarina).

O projeto foi sancionado pelo governador e publicado no Diário Oficial do Estado no dia 15 de dezembro de 2003 como a lei de nº 254/03. Com a aplicação do projeto haveria um aumento na remuneração da categoria de 98,81% , e a cada semestre o governo repassaria 15% do que prevê a lei. Até agora nenhum centavo foi repassado aos praças. O único benefício foi para os oficiais, que já receberam 55,03% de reposição salarial.

Página 5

Consenso em favor dos bombeiros

Depois de quase um ano de discussão, o projeto que define critérios para a distribuição de recursos de subvenções sociais aos corpos de bombeiros voluntários e comunitários de Santa Catarina finalmente foi aprovado pela Assembleia Legislativa e parece satisfazer a todos. Mas para chegarmos a este resultado foi preciso percorrer um caminho longo e difícil.

Até a criação desta lei, a distribuição de recursos às corporações de bombeiros não obedecia nenhum limite e muitas vezes foi injusta. Algumas cidades abocanhavam a maior parte do dinheiro, enquanto a maioria dividia as sobras. Em 2003, as corporações de Joinville, Jaraguá do Sul, Caçador e Concórdia receberam juntas 45,8% do recurso disponível no Orçamento do Estado.

Em outubro do ano passado, os deputados aprovaram por unanimidade o Projeto de Lei Complementar nº 253/03, de minha autoria, que regulamentava essa divisão. A matéria definia valores mínimos e máximos para a distribuição de recursos de acordo com a população de cada município. Depois que a lei havia sido promulgada pelo presidente da Assembleia, alguns parlamentares, representantes da região de Joinville e Jaraguá do Sul, atendendo a pressões de suas bases, solicitaram a revisão do texto, por

meio de um novo projeto.

Muitas discussões, reuniões e polêmica, resultaram em um ano de atraso dos recursos para as instituições interessadas. Depois de ouvirmos as sugestões dos representantes das corporações de bombeiros voluntários e comunitários, chegamos a um acordo. O teto estipulado no projeto original foi retirado e passou a vigorar apenas o mínimo obrigatório que cada município deverá receber de acordo com a sua população. A partir de agora, as instituições estabelecidas em cidades com menos de 20 mil habitantes receberão um valor mínimo de R\$ 18 mil, as cidades com população entre 20 mil e 60 mil habitantes receberão o valor mínimo de R\$ 25 mil e cidades com população superior a 60 mil habitantes receberão o mínimo de R\$ 36 mil ao ano. Dentro das possibilidades orçamentárias, o governador terá, ainda, a livre chancela de suplementar recursos para entidades que tiverem maior carência.

O Legislativo, mais uma vez, deu prova de sua maturidade política, construindo uma solução que atende aos interesses tanto dos bombeiros comunitários como das associações de voluntários. Resta, agora, recuperar-se o tempo perdido no processo de debate, para que as verbas cheguem logo aos bombeiros catarinenses.

Deputado Romildo Titon (PMDB)

A luta faz a lei

Há um ano, dia 12 de novembro, a Assembleia Legislativa aprovou o projeto de lei complementar da Escala Vertical, que reorganizaria a estrutura administrativa e a remuneração dos profissionais do Sistema de Segurança Pública da Secretaria de Estado da Segurança Pública. Naquela data, o Plenário estava lotado de policiais civis e militares. Eles reivindicavam seus direitos e vinham de seis meses de negociações exaustivas com o governo, conduzidas pela Associação dos Praças de Santa Catarina (Aprasc) e pelos sindicatos dos servidores da Segurança. Tivemos participação importante na discussão, pois fomos o relator da matéria no Legislativo. Não poderíamos ter apresentado outro relatório, senão o que atendesse aos anseios de toda a categoria. Nosso trabalho foi reconhecido pelos praças em plenário.

O projeto da Escala Vertical foi sancionado pelo governador e publicado no Diário Oficial do Estado em 15 de dezembro de 2003, agora sendo a Lei nº 254/03. Naquela época, comentávamos com os praças que "a conquista não termina aqui" e recomendamos que a categoria precisava continuar mobilizada.

Hoje, a reivindicação dos praças é mais do que justa. Adequando os salários de todos os praças de Santa Catarina à Lei nº 254/03 – Escala Vertical –, haveria um aumento na remuneração da categoria de 98,81%. Conforme compromisso assumido pelo governador, em fevereiro deste ano, a cada semestre o governo repassaria 15% do que prevê a lei. Até agora, nenhum centavo foi repassado aos praças. Desde 2001, e a partir da implantação da Lei nº 254/03, só houve benefício para os oficiais, que já receberam 55,03% de reposição.

A Assembleia Legislativa sediou uma audiência pública no dia 10 deste mês, quando foi cobrado o cumprimento da Lei nº 254/03 (Escala Vertical) e questionado os altos índices de violência no estado. Talvez não teríamos solicitado esta audiência se a Segurança estivesse entre as prioridades do atual governo.

Como no ano passado, em 2004, diversas manifestações foram promovidas pelos praças. Só a luta faz a lei ser cumprida. E é desta forma que acreditamos que outras leis e também a da Escala Vertical vão sair do papel. Resta ao governo estadual fazer a sua parte.

Deputado Wilson Vieira – Dentinho (PT)

Trabalhadores pedem apoio

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Volnei Morastoni (PT), recebeu, na manhã de terça-feira (9), em seu gabinete, um grupo de representantes da Coordenação das Federações de Trabalhadores de Santa Catarina. Na pauta do encontro esteve o apoio para a realização de um ato público com a finalidade de discutir a reforma sindical no país. O evento está marcado para o dia 6 de dezembro, às 10 horas, no Plenário Osni Régis.

O presidente da Coordenação em Santa Catarina, Altamiro Perdoná, manifestou a preocupação da categoria quanto ao projeto de reforma sindical, de autoria do governo federal, cujo PEC (Projeto de Emenda Constitucional) está tramitando no Congresso Nacional. "A preocupação é muito grande com as mudanças que o governo pretende fazer junto ao movimento sindical e na legislação trabalhista. Viemos

pedir apoio aos parlamentares para que possamos discutir o assunto com maior profundidade. Essas mudanças, já feitas em outros países da Europa e América Latina, acabou com os sindicatos. O PEC que está no Congresso altera a estrutura sindical. Se hoje temos a unicidade sindical no país, o projeto busca a pluralidade", observou.

Morastoni acolheu a solicitação dos representantes e confirmou a cessão do Plenário para as discussões. "O Parlamento tem sido o centro para os debates dos mais diversos assuntos de interesse da população catarinense", salientou. Perdoná informou que, além da presença da Confederação, sindicatos e federações de trabalhadores de Santa Catarina, estará presente também o senador Paulo Paim (PT-RS) e aguarda-se ainda a participação da líder do governo no Senado, Ideli Salvati (PT-SC). (CA)

(foto Solon Soares)



Trabalhadores querem apoio do Parlamento catarinense

O Leitor

oleitor@alesc.sc.gov.br

Pergunte ao deputado

pergunteaodeputado@alesc.sc.gov.br

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Volnei Morastoni (PT)

1º Vice-Presidente: Onofre Agostini (PFL)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Romildo Titon (PMDB)

2º Secretário: Altair Guidi (PP)

3º Secretário: Francisco de Assis (PT)

4º Secretário: Genésio Goulart (PMDB)

Conselho Editorial: Cleia Braganholo, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rubens Vargas

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

ainoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Marise Ortiga Rosa

Edição: Cleia Braganholo e Mirela Maria Vieira

Coordenador: Celso A. S. da Rosa

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Redatores: Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dzedzic, Tatiana Kinoshita, Carlos Agne, Graziela May Pereira e Denise Arruda Bortolon

Estagiária: Elisa Alba da Silva

Assessores de gabinete: Acácio Martins, Adriane Canan, Andréa Leonora, Antônio Peres, Carmen Leite Rovira, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Emanuelle Torres, Felipe Antônio Damo, Felipe Nunes, Fernando Mattos, J Pacheco, Jandy Cortes Real, Luciana Pons, Celso Rodriguez, Júlio Cancellier, Kélen Bardini, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandra Costa, Luiz Carlos Padilha, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Milton Alves, Moisés Madeira, Nara Cordeiro, Níkolos Stefanovich, Pedro Schmitt, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Ula Weiss e Valmir Matos

Estagiários Prog. Antonieta de Barros: Luciana Machado e Rodrigo César de Araújo

Relações Institucionais: Jamile Machado, Maria do Carmo Kravchychyn, Stela Martins e Luciano de C. Oliveira

Revisão: Verlaine Silveira

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas e Bruno Corrêa da Silva

Expedição: Edna Schumacker, Soraia Marçal Boabaid e Simone Marçal Alves

Obra mostra período do Império em Santa Catarina

(fotos Alberto Neves)

Os quatro volumes da obra "A História da Política em Santa Catarina durante o Império", do historiador Oswaldo Rodrigues Cabral, foram lançados in memoriam na segunda-feira (8), em solenidade no Museu Histórico de Santa Catarina, Palácio Cruz e Sousa. A organização da obra é da professora Sara Regina Poyares dos Reis, sobrinha do escritor, que também escreveu o quarto volume, complementando assim os últimos 17 anos do Império que faltavam para concluir o trabalho.

A publicação é da Edufsc (Editora da Universidade Federal de Santa Catarina), com apoio do reitor, Lúcio José Bo-



Sara Regina, sobrinha de Cabral, na noite de autógrafos

telho, do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Volnei Morastoni (PT), e do governador do Estado Luiz Henrique da Silveira.

Conforme explica a editora, os quatro volumes "conduzem o leitor a uma visão atenta desse período da História de Santa Catarina, esmiuçando de modo crítico e bem humorado os fatos, personagens e documentos do período". O primeiro volume desta edição tem 584 páginas, o segundo apresenta-se com 342 páginas, o terceiro com 348 páginas e o quarto volume tem 570 páginas. O preço é de R\$ 120. (VMSS)

Seminário discutirá inclusão social

A Escola do Legislativo, presidida pelo deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT), promove, nos dias 25 e 26 de novembro, o Seminário "Políticas Públicas de Inclusão Social", no Plenário Osni Régis da Alesc.

Serão realizadas três mesas redondas, seguidas de debates durante os dois dias, reunindo especialistas, autoridades e representantes de entidades e movimentos sociais. "Cabe ao Poder Legislativo, como instituição que assegura a representação popular, promover o debate sobre os principais problemas que atingem a maioria da população e buscar soluções para minimizar estes problemas". Esta a essência da realização deste Seminário, conforme o presidente da Escola.

As mesas redondas vai discutir os temas "Políticas Públicas e Inclusão Social", "Políticas Públicas de Ação Afirmativa", e "O Poder Legislativo e as Políticas

Públicas de Inclusão Social", reunindo nomes como o do Padre Vilson Groh, presidente do Centro Cultural Anastásia da Capela Nossa Senhora do Mont Serrat e do Projeto Travessia, do professor Erni Seibel, do Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Políticas Públicas da UFSC, Benedito Cintra, assessor da Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial, Ademir Alves da Silva, professor de Serviço Social da PUC/SP e assessor da Secretaria Municipal da Assistência Social de São Paulo e Maurílio Maldonado, diretor presidente do Instituto Legislativo Paulista e Jeruse Romão, coordenadora do Programa Antonieta de Barros da Alesc, entre outros.

As vagas são limitadas e as inscrições podem ser feitas através da Internet, no endereço www.alesc.sc.gov.br, ou diretamente na Escola do Legislativo, no 3º andar da sede da Assembleia Legislativa, em Florianópolis. (MMV)



Ex-reitor da UFSC, Rodolfo Pinto da Luz, foi o incentivador do projeto

Seminário Nacional de Comunicação

Em fase de intensificação dos preparativos, a Assembleia Legislativa de Santa Catarina realiza nos dias 3 e 4 de dezembro, no Plenário Osni Régis, o III Secomlegis (Seminário Nacional de Comunicação no Poder Legislativo). O evento é uma promoção conjunta da Alesc, Unale (União Nacional dos Legislativos Estaduais) e Parlasul (Parlamento do Sul) e tem como tema central "Comunicação, Ética e Interesse Público".

A expectativa é de receber cerca de 100 participantes de todo o país, entre representantes de legislativos estaduais e municipais, Câmara Federal e Senado. São objetivos específicos desse seminário a troca de experiências entre os legislativos estaduais e o debate das dificuldades enfrentadas por suas áreas de comunicação,

na busca pelo aprimoramento de suas ações.

A programação inclui os painéis Comunicação Interna e Externa; Relações Públicas e Cerimonial; Intranet e Internet; TVs e Rádios Legislativas, e Escola do Legislativo. A abertura está marcada para as 9 horas do dia 3 de dezembro, com pronunciamento do presidente da Casa, deputado Volnei Morastoni (PT) e com palestra do professor do curso de Jornalismo da UFSC, Francisco José Karan.

Segundo a diretora da Divisão de Imprensa da Alesc, Marise Ortiga Rosa, essa é uma oportunidade de saber como é o dia-a-dia dos legislativos estaduais e trocar experiências buscando o aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas. (RMMP)



Homenagens

- No dia 16, às 19, no Plenário Osni Régis, sessão solene dedicada aos atletas catarinenses pela participação e desempenho nas Olimpíadas de Atenas e aos atletas paraolímpicos de Santa Catarina. A homenagem foi proposta pelo deputa-

do Antônio Ceron (PFL).

- Os 15 anos da Rede SC - SBT serão homenageados pela Alesc em sessão solene, no dia 17, às 19 horas, no Plenário. A proposição foi do deputado Nilson Gonçalves (PSDB).

Curso de Zootecnia e repasses do 170

A Comissão de Educação, Cultura e Desporto, presidida pelo deputado Paulo Eccel (PT), aprovou na manhã de quarta-feira (10) requerimento do deputado Reno Caramori (PP), pedindo a convocação do reitor da Udesc, Fábio de Moraes, do diretor geral do Centro Agroveterinário de Lages (CAV/Udesc), Paulo Cezar Cassol, e do diretor geral do Centro de Educação do Oeste. Caramori quer esclarecimentos sobre a mudança do curso de Zootecnia, de Chapecó, para o campus de Lages.

Ele e outros deputados vêm recebendo e-mails e correspondências de professores e acadêmicos que solicitam a intermediação do Legislativo para evitar essa mudança, com a alegação de que inviabiliza sua permanência no curso. "O deslocamento, além da estadia em outro município, onera financeiramente. E a maioria dos estudantes e dos professores não tem condições", explica o parlamentar.

Artigo 170 - Também foi aprovado requerimento, subscrito pelos deputados Joares Ponticelli e Lício Mauro da Silveira (ambos do PP), solicitando a convocação do secretário estadual da Educação e Inovação, Jacó Anderle, ou, no seu impedimento, por questão de saúde, o seu representante legal, para dar explicações sobre os atrasos no repasse dos recursos do Artigo 170 e



Reitor da Udesc será convocado para esclarecer transferência de curso na Comissão de Educação

quanto à possível ampliação dos valores das bolsas.

O convite é extensivo ao presidente do Sistema Acafe, Mário Cazamajou Bojarski, e ao presidente da União Catarinense de Estudantes, Júnior Lauri Schwingel. "A vinda da direção da Acafe e dos diretores dos estudantes ligados ao sistema a este Parlamento traria subsídios para esclarecermos a polêmica em torno do Artigo 170. Também para que se possa dar um pouco de tranquilidade aos acadêmicos, hoje sob ameaça de não efetuar sua matrícula no próximo ano letivo devido à inadimplência, porque os re-

passes das bolsas estão atrasados", justificam.

A Comissão também aprovou, por unanimidade, a admissibilidade da proposição da deputada Simone Schramm (PMDB) que institui o Dia Catarinense da Etnia Alemã. A parlamentar propõe o dia 1º de março para a comemoração, justificando que essa data registra, no ano de 1829, o início da colonização alemã em Santa Catarina, com a fundação da Colônia de São Pedro de Alcântara. Participaram da reunião, além do presidente e da deputada Simone Schramm, os deputados Djalma Berger (PSDB), Lício Mauro da Silveira (PP), Pedro Baldissera (PT) e Odete de Jesus (PL). (CA)

Empreendedorismo

Criada para acolher sugestões da sociedade que possam se tornar proposições ou projetos, a Comissão de Legislação Participativa, presidida pelo deputado Dionei Walter da Silva (PT), reuniu-se na manhã de quarta-feira (10). Entre os assuntos analisados, seus integrantes decidiram solicitar à direção da Facisc (Federação das Associações Comerciais e Industriais de Santa Catarina), autora da sugestão 3/2004, que dispõe sobre incentivo ao empreendedorismo através de investimento social da empresa, a comparecer diante da Comissão para esclarecer e informar melhor seus objetivos.

"Esse projeto que estimula o empreendedorismo utiliza como forma de benefício o incentivo fiscal. Isso mexe com as finanças do Estado. Por isso precisamos saber cada detalhe", argumentou o relator da matéria, deputado Antônio Ceron (PFL).

Na mesma reunião, os deputados analisaram a sugestão da Associação dos Usuários do Transporte Coletivo da Grande Florianópolis que pede a criação de escola específica para alunos agressivos, com professores especializados na área. Os parlamentares aprovaram realização de audiência pública a ser promovida pela Comissão de Educação, Cultura e Desporto, presidida pelo deputado Paulo Eccel (PT). Estiveram presentes na reunião os deputados Dionei Walter da Silva (PT), Antônio Ceron (PFL), Antônio Carlos Vieira - Veirão (PP), Paulo Eccel (PT), Rogério Mendonça - Peninha (PMDB) e Jorginho Mello (PSDB). (CA)

Prodetur e Regionalizado

A Comissão de Finanças e Tributação, presidida na ocasião pelo deputado Afrânio Boppré (PT), aprovou na quarta-feira (10), pedido de diligência às secretarias da Fazenda e da Organização do Lazer, proposto pelo deputado João Paulo Kleinübing (PFL), em relato ao Projeto de Lei nº 329/04, que autoriza o Executivo a contratar subempréstimo de até cem mil dólares junto ao Banco do Brasil para o Prodetur Sul/SC.

O pedido é para que se atenda o disposto em resolução do Senado Federal. Afrânio solicita que se encaminhe também informação sobre a capacidade de endividamento do Estado. Antônio Ceron (PFL) alerta que esta é a única fonte concreta de recursos para aplicação em infra-estrutura.

Em voto vista, Ceron sugeriu, com algumas alterações, a aprovação do Projeto de Lei nº 454/03, que institui o Programa Bolsa Esporte, de autoria da deputada Ana Paula Lima (PT), acatada pelos demais parlamentares.

Regionalizado - Também aprovou



Finanças aprovou realização de audiência reunindo conselheiros do Regionalizado

requerimento apresentado pelo deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT), para que seja realizada a audiência pública com os 29 conselheiros eleitos durante as reuni-

ões do Orçamento Regionalizado, ocorridas nos meses de julho e agosto. De acordo com o autor do requerimento, a iniciativa deveria ser do Executivo, antes do en-

vio da revisão do PPA (Plano Plurianual) e da LOA (Lei Orçamentária Anual), de maneira que fosse apresentada aos conselheiros a viabilidade técnica e financeira das ações escolhidas pelo regionalizado.

Com base nessas informações, seriam apontados à Comissão de Finanças as prioridades de cada região e o compromisso de atendimento efetivo com a inclusão de previsão orçamentária na LOA. "Temos que trazer ao debate estas pessoas que foram eleitas para representar a comunidade. É uma maneira de provocar o Executivo para que cumpra as prioridades escolhidas nas audiências", defende Dentinho. Os conselheiros eleitos não devem possuir vínculo comissionado com a Secretaria de Desenvolvimento Regional e nem ser membros do Conselho de Desenvolvimento Regional. Também participam da apresentação e discussão do estudo de viabilidade técnica e financeira um representante da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão e um da Comissão de Finanças e Tributação. (SD)